

1 Aos vinte e quatro dias de fevereiro de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta e cinco
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia – CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco “B”, Edifício Via Office, térreo, sala cento e
4 quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se o segundo dia da décima quinta plenária do
5 décimo sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes Rogério
6 Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara, Célia
7 Zenaide da Silva, Clarissa Paranhos Guedes, Daniela Sacramento Zanini, Elizabeth de
8 Lacerda Barbosa, Fabian Javier Marin Rueda, Fabiana Itaci Corrêa de Araújo, Iolete Ribeiro
9 da Silva, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa Helena Alves, Jureuda Duarte Guerra, Paulo
10 Roberto Martins Maldos, Regina Lúcia Sucupira Pedroza, Rosane Lorena Granzotto e Sandra
11 Sposito. Justificaram a ausência Cleia Oliveira Cunha, Júnia Maria Campos Lara, Paulo José
12 Barroso de Aguiar Pessoa, Pedro Paulo Bicalho de Bicalho. Norma Cosmo estará ausente
13 porque representará o CFP em reunião preparatória sobre Diretrizes Curriculares Nacionais no
14 CRP-14. Foram dados os informes a seguir. **Substituição de Fabiana Itaci.** Tendo em vista
15 compromissos laborais, foi decidido que Iolete Ribeiro substituirá Fabiana Itaci nas pautas e
16 grupos relacionados ao Sistema Socioeducativo. **Associação Brasileira de Saúde Mental**
17 **(ABRASME).** Foi articulada participação do CFP no Sexto Congresso Brasileiro de Saúde
18 Mental, que acontecerá dos dias trinta de maio a dois de junho deste ano no Centro de
19 Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O evento procurará discutir o cenário eleitoral
20 deste ano e visa a atualizar a agenda política com os futuros governantes e legisladores. Será
21 momento oportuno de fortalecer a luta antimanicomial e combater os retrocessos nas políticas
22 de saúde mental. Embora as inscrições de mesas se encerrem no dia vinte e oito de fevereiro,
23 a coordenação geral do CFP procurará viabilizar novas inscrições. Assim, os conselheiros
24 interessados deverão encaminhar, até o dia vinte de março, propostas de mesa para o evento à
25 Gerência de Relações Institucionais (GRI). **Visita de monitoramento ao sistema prisional**
26 **dos estados do AM, RR e RN - MNPCT, CNPCT e CNDH.** O Comitê Nacional de
27 Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate
28 à Tortura (MNPCT) realizaram visitas conjuntas no Rio Grande do Norte, Amazonas e
29 Roraima para monitoramento do sistema prisional desses estados. Márcia Badaró participou
30 da visita no Amazonas entre os dias cinco e sete de fevereiro deste ano. Um dos objetivos das
31 visitas era ver quais providências foram tomadas após um ano dos massacres e se as
32 recomendações do MNPCT foram efetivadas pelos gestores nesses estados. O fato de o
33 MNPCT poder realizar inspeções sem avisos prévios foi importante para averiguar a real
34 situação na penitenciária de Manaus, que tem uma gestão terceirizada. Uma dificuldade
35 apresentada por alguns técnicos recém empossado gestor responsável pelo do Complexo
36 Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ) é que uma gestão "compartilhada" entre gestores da
37 Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP e da empresa privada torna difícil
38 a autonomia dos profissionais que "serve a dois senhores" e se sentem limitados em suas
39 ações. Torna-se difícil executar ordens da Secretaria de Estado de Administração
40 Penitenciária (SEAP) e da empresa gestora. Outro problema é que não há agentes
41 penitenciários concursados, mas há intenção de realizar concurso público. O diretor do
42 COMPAJ é um jovem Tenente da Polícia Militar, na gestão há cerca de três meses e chamou
43 a atenção o fato de não ter nenhuma experiência no sistema prisional. Após as facções de
44 detentos serem separadas, a unidade parece estar mais tranquila, mas pessoas continuam a se
45 queixar da falta da assistência à saúde, principalmente pela falta de transporte para serem
46 atendidos fora da unidade nos casos urgente, chegando, muitas vezes, virem a óbito, inclusive
47 por morrer de tuberculose e outras doenças, pela falta de sem qualquer tipo de assistência
48 adequada. Não há, ainda, defensoria pública nem advogados da Umanizzare, Gestão Prisional
49 Privada, que atuem efetivamente na unidade prisional. Foi proposto na audiência pública
50 realizada pelo MNPCT e CNPCT com os setores da sociedade civil e gestores do judiciário e

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

51 do poder executivo, a criação de uma associação dos familiares dos presos para melhor
52 organizar suas reivindicações junto a esses órgãos, auxiliados pelo CNPCT, do qual o CRP -
53 20 e a Pastoral Carcerária são membros integrantes. Outra recomendação do MNPCT
54 realizada no ano anterior, porém ainda não efetivada, é a criação do Mecanismo Estadual de
55 Prevenção e Combate à Tortura. Os gestores argumentaram a dificuldade para tal diante do
56 estado do AM ter tido no último ano 3 governadores. Há planos de realizar evento com os
57 familiares dos presos e de criar um mecanismo estadual de prevenção e de combate à tortura.
58 **Revista Diálogos.** Foram apresentados em reunião plenária, antes da APAF de dezembro de
59 dois mil e dezessete, a Comissão Nacional e o projeto gráfico da Revista Diálogos. Apesar da
60 insistência para que os CRPs indicassem composição da comissão regional da revista,
61 obtiveram-se poucas respostas. Para este ano, a Comissão Nacional optou por dois temas, a
62 saber Psicologia do Esporte e Gênero. Essa comissão pensa ser imprescindível que um
63 jornalista trabalhe na revista, tendo em vista a necessidade de fazer reportagens. Em seguida,
64 o plenário voltou a discutir os pontos. **8. Mostra de Práticas da CONPAS.** Apesar de ter
65 sido previsto, anteriormente, a junção dos Seminários de Políticas Públicas do Centro de
66 Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e as Mostras de práticas da
67 Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS), considera-se difícil
68 viabilizar dois eventos de natureza distinta nos mesmos espaços e datas. Houve dificuldades
69 na articulação desses eventos com os CRPs, sobretudo na região sudeste. Foi comunicado que
70 o Regimento Interno da CONPAS ainda não foi apreciado pela GJUR. O plenário autorizou,
71 assim, que a Mostra da CONPAS, a ser lançada no Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP)
72 deste ano, aconteça separadamente do Seminário do CREPOP no decorrer de dois mil e
73 dezenove. **9. Populações Indígenas, Tradicionais e Quilombolas.** O CFP decidiu em
74 plenária pretérita revisar os documentos do CREPOP e distribuiu essa tarefa de atualização
75 entre os conselheiros da décima sétima gestão. Na APAF de dezembro do ano passado, foi
76 deliberada a continuidade de trabalhos sobre o tema Populações Indígenas, Tradicionais e
77 Quilombolas, mas constatou-se que cada uma dessas populações tem demasiadas
78 idiossincrasias para serem tratadas em uma única publicação. O CREPOP decidiu, pois,
79 promover uma publicação com introdução comum, mas em uma série que aborde as
80 especificidades dessas comunidades com a participação de seus próprios representantes. Paulo
81 Maldos constatou haver cerca de oitenta psicólogos que já desenvolvem trabalhos dirigidos
82 aos povos Kaiowas e Xavantes. Esse grupo de profissionais deseja desenvolver um projeto
83 com o CFP. Assim, dos dias sete a nove de setembro, na Escola Nacional Florestan Fernandes
84 (ENFF), em Guararema, na Região Metropolitana de São Paulo, haverá um encontro entre
85 esses psicólogos e esses povos indígenas. Quer-se conferir protagonismo aos membros dessas
86 comunidades. Paulo Maldos, Marisa Helena Alves e Jureuda Guerra foram designados para a
87 elaboração dessas publicações do CREPOP. **10. Acompanhamento das Comissões do**
88 **CREPOP.** Recordou-se o fato de que os conselheiros da décima sexta gestão foram
89 designados para as comissões do CREPOP. Clarissa Guedes pediu aos presentes a atualização
90 do *status quo* de cada uma dessas comissões e, também, que o desenvolvimento de seus
91 trabalhos constitua pauta de todas as reuniões plenárias. Assinalou o fato de que fora firmado
92 compromisso de republicar referências dentro de seis meses. Andrea Esmeraldo apresentou
93 dificuldades de permanecer na comissão que trata da publicação sobre o Centro de Referência
94 Especializado de Assistência Social (CREAS), tendo em vista que sua orientadora de
95 mestrado compõe esse mesmo grupo. Assim, Iolete Ribeiro será a responsável por essa
96 comissão e, por sua vez, Andrea Esmeraldo continuará responsável pela revisão das
97 referências sobre o CREAS. Iolete Ribeiro será responsável pelas referências das Medidas
98 Socioeducativas e da Violência Sexual. A comissão de Saúde do Trabalhador e a comissão de
99 Psicologia do Esporte serão de responsabilidade de Elizabeth Lacerda, sendo que, nesta
100 última, ela contará com o apoio de Regina Pedroza. Jureuda Guerra deverá finalizar os

101 trabalhos da comissão de Mulheres quando Clarissa Guedes estiver sob licença maternidade.
102 Eduardo Brandão foi indicado para compor a comissão de Revisão da Referência sobre Varas
103 de Família. Paulo Aguiar e Jureuda Guerra deverão articular-se para dividir, entre si, suas
104 comissões. Durante a discussão deste ponto, Jureuda Guerra destacou que a data de vinte e
105 quatro de fevereiro de mil novecentos e trinta e dois marca a conquista do voto feminino. **11.**
106 **Proposta de comemoração do Dia Internacional da Mulher: 8 de março.** Foram
107 apresentadas sugestões para as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Sandra
108 Sposito contou que, apesar de ter sido criado, na última APAF, um Grupo de Trabalho (GT)
109 sobre Mulheres, há um grupo paralelo voltado para discutir feminismos e a Psicologia. Nesse
110 último grupo, no qual se destaca o protagonismo do CRP-04, há debates sobre questões que,
111 no entendimento de seus membros, não se podem fazer em outras instâncias. Um de seus
112 objetivos é enfatizar o feminismo de modo qualificado sem o viés da violência do GT sobre
113 Mulheres da APAF. Ao participar de reunião telefônica com esse grupo, explicou-se que o
114 CFP, apesar de oferecer a telefonia, não coordenaria a reunião. Há, por parte das integrantes
115 desse grupo, intenção de participar do FSM, mas foi-lhes elucidado que cada entidade deverá
116 se financiar. Não há percepção de que esse seja um grupo contrário ao GT da APAF, mas,
117 apenas, de que o intuito parece ser oportunizar o diálogo. Além disso, há grupos de mídias
118 sociais usados para criar discussões, de modo que não se pode suprimir essa realidade, além
119 do que a APAF acontece apenas duas vezes por ano. Questionou-se o fato de o CFP não ter
120 sido consultado em qualquer momento sobre a constituição e funcionamento desse grupo, mas
121 tão somente ter sido procurado quando havia pleito subjacente de apoio financeiro federal.
122 Não há oposição à discussão do tema, mas ao modo como ele tem sido feito. No Sistema
123 Conselhos, os CRPs devem cuidar de aspectos regionais e o CFP, de questões nacionais.
124 Considerou-se que a APAF existe precisamente para deliberar sobre as questões desse sistema
125 e, assim, não se podem aceitar grupos usados para pressionar o CFP. Para comemorar o Dia
126 Internacional da Mulher, o plenário aprovou diálogo digital no dia nove de março cujo tema
127 será “Nenhuma a Menos: contribuições da Psicologia para garantia dos direitos das
128 mulheres”, sendo Sandra Sposito a mediadora do evento. Serão convidadas: Andremara dos
129 Santos (CNJ); Tainá Santos - e na indisponibilidade dela, Stefani Ribeiro ou Dina Alves; Ceu
130 Cavalcanti - e na indisponibilidade dela, Symmy Larrat; e Letícia Gonçalves, e na
131 indisponibilidade dela Juliana Fernandes. A ASCOM deverá fazer um levantamento das
132 frases de mulheres sobre diversidade e submetê-las a Sandra Sposito e Clarissa Paranhos. Um
133 ofício deverá ser remetido aos CRPs para questionar quais as agendas serão realizadas
134 regionalmente sobre o tema da Mulher. **12. Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas**
135 **(CONAD): deliberação sobre Nota Técnica.** Foi dito que, no âmbito do CONAD, o
136 ministro Osmar Terra tem interesse de fazer aprovar rapidamente resolução acerca de
137 Comunidades Terapêuticas. Tendo em vista que a representação do CFP, naquele conselho,
138 solicitará vistas à minuta de resolução, o plenário decidiu aguardar momento mais oportuno
139 para publicar Nota Técnica elaborada pela CDH-CFP sobre essa resolução. **13. PEC**
140 **372/2017 (PEC 14/2016 Senado).** O referido Projeto de Emenda Constitucional (PEC) visa
141 alterar a Constituição Federal para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital. A
142 criação de uma polícia penal nos âmbitos da federação poderia acarretar em retrocessos na
143 forma que é estruturada a carreira dos Servidores Penitenciários que integram a equipe do
144 tratamento penal, responsáveis pelas assistências previstas na Lei de Execução Penal, como
145 aponta a . Por ter esse entendimento, a Associação dos Técnicos Superiores Penitenciários do
146 Rio Grande do Sul (APROPENS/RS). Nesse sentido, elaboraram documentos que sinalizam o
147 risco de mais recrudescimento das ações de segurança em detrimento das ações de assistência à
148 saúde e assistência social, com grande impacto para a categoria dos psicólogos que trabalham
149 nas prisões, em especial os do RS, em razão de já terem um Plano de Carreira, Cargos e
150 Salários dos Servidores Penitenciários que garante essas assistências na descrição de suas

151 funções e correm o risco de se tornarem "guardas prisionais", conforme um PLC 245 em
152 andamento na ALERGS desse estado. Desse modo, é preciso impedir o prosseguimento da
153 PEC por considerá-la uma redução das atividades do sistema prisional à custódia e à
154 segurança. Uma das pretensões da PEC é transformar agentes penitenciários em policiais
155 penais. Há interesse de equiparação salarial, mas o maior problema está em retirar as
156 penitenciárias do conceito de custódia e da assistência social. Tendo em vista que esse projeto
157 terá grande impacto na categoria de psicólogos, pede-se acompanhamento da assessoria
158 parlamentar do CFP para articular-se aos parlamentares sensíveis à causa, para fazer incidir as
159 contribuições da APROPENS.

160 Para subsidiar a incidência política do CFP frente a essa PEC, foi autorizada enviar vários
161 documentos sobre Justiça Terapêutica já discutidos e produzidos sobre a Psicologia e o
162 Sistema Prisional. Foi autorizada a participação do CFP, como ouvinte, no Seminário "Em
163 prol da Polícia Penal - PEC 372/2017" na Câmara dos Deputados Federal, que acontecerá no
164 dia vinte e oito de fevereiro deste ano na Câmara dos Deputados. A assessoria parlamentar
165 deverá acompanhar os acontecimentos, tendo em vista que, em se tratando de uma Emenda
166 Constitucional, está impedida de ser votada até que cesse a intervenção militar no Rio de
167 Janeiro. **14. Posicionamento CFP sobre PL 8834/2017.** Danielle Grunheich, assessora
168 parlamentar da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, solicitou posicionamento do
169 CFP sobre PL 8834 de dois mil e dezessete, que propõe a inclusão do seguinte texto no
170 Código de Processamento Penal: "frequência obrigatória a tratamento ambulatorial, nos
171 prazos e condições fixados pelo juiz". A assessora também demanda posicionamento a
172 respeito da inexistência de previsão de atendimento psicológico no texto da Lei 7.210 de mil
173 novecentos e oitenta e quatro, conhecida como Lei de Execução Penal (LEP), na parte sobre
174 assistência à saúde. O plenário considerou importante, também, incluir a questão das
175 Comunidades Terapêuticas no bojo dessas discussões. Márcia Badaró, com ajuda de Clarissa
176 Guedes, formulará resposta que expresse o posicionamento contrário do CFP à frequência de
177 tratamento ambulatorial, assim como uma resposta favorável ao atendimento psicológico
178 como parte integrante da assistência à saúde para pessoas privadas de liberdade. A assessoria
179 parlamentar do CFP deverá articular reunião com a referida assessora parlamentar quando a
180 resposta estiver pronta, a fim de Márcia Badaró apresente os posicionamentos do CFP. **15.**
181 **Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP).** Informou-se que a última reunião do Fórum de
182 Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) teve a participação efetiva de vinte
183 entidades. O CFP indicou quarenta e quatro pareceristas. Reforçou-se que o prazo final para
184 envio de propostas será improrrogavelmente trinta de março deste ano. Nesse sentido, pediu-
185 se que os CRPs sejam avisados sobre esse prazo. Crê-se que haverá mais de seis mil trabalhos
186 inscritos até o evento. Explicou-se que o CBP é gerido com recursos angariados pelo próprio
187 congresso e que o dinheiro restante é sempre destinado ao próximo CBP. Acerca dos gastos
188 do CFP, para fins de economia, um indicado para representar o conselho deverá participar de,
189 ao menos, duas outras atividades. Os trabalhos propostos por entidades do FENPB e os CRPs
190 e CFP tem prioridade de inscrição sobre as demais, não sendo submetidos a avaliação. Os
191 trabalhos dos CRPs serão enviados para a organização do V CBP via CFP. Há articulações
192 para vinda de José Mujica e Chico Buarque de Holanda para o evento. Em breve, a Gerência
193 Técnica do CFP (GTEC) enviará esclarecimento sobre inscrições das mesas para o plenário.
194 **16. Divulgação de cursos que ensinam testes psicológicos no youtube.** A Comissão
195 Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) recebeu diversas denúncias de cursos que
196 ensinam testes psicológicos no Youtube. A GJUR e a Secretaria de Orientação e Ética (SOE)
197 ajudaram a elaborar ofício indicativo de procedimentos quando houver essa natureza de
198 denúncia. O documento foi lido e referendado pelo plenário. Pediu-se que a GCOM elabore
199 um banner, com manchete chamativa, que confira maior visibilidade ao ofício. A GJUR
200 também oficialará a empresa Youtube para solicitar a retirada imediata do material. Quanto à

201 matéria a ser publicada pela GCOM, é preciso salientar que essa é apenas a primeira
202 providência que o CFP irá tomar em relação à divulgação ilegal de testes. **17. Avaliação de**
203 **testes psicológicos. 17.1. Teste de Aprendizagem Auditivo-Verbal de Rey (RAVLT).** O
204 relatório da CCAP que declara o teste favorável foi lido, e o teste foi aprovado por
205 unanimidade pelo plenário. **17.2. Avaliação de Plataforma Informatizada - Teste de**
206 **Habilidade para o Trabalho Mental (HTM).** O relatório da CCAP que declara a
207 equivalência informatizada do teste favorável foi lido, e o teste foi aprovado por unanimidade
208 pelo plenário. **17.3. Avaliação de Teste Psicológico - QUATI.** O relatório da CCAP que
209 declara a equivalência informatizada do teste favorável foi lido, e o teste foi aprovado por
210 unanimidade pelo plenário. **17.4. Avaliação de Teste Psicológico - G-38.** O relatório da
211 CCAP que declara a equivalência informatizada do teste favorável foi lido, e o teste foi
212 aprovado por unanimidade pelo plenário. **17.5. Desenho da Figura Humana.** Dentre dos
213 objetivos do teste, estaria a possibilidade de discriminar problemas emocionais. A forma
214 como foram criados os grupos, contudo, foram feitos de modo arbitrário e preconceituoso,
215 distinguindo, por exemplo, grupos em criança de alta e baixa renda. Além disso, não seus
216 autores não lograram comprovar tecnicamente essa diferenciação. Assim, o relatório da
217 CCAP que declara o teste desfavorável para o uso foi lido, e o teste foi reprovado por
218 unanimidade pelo plenário. Foi proposto um diálogo digital entre as áreas de avaliação
219 psicológica e clínica da Psicologia para que se trate dos direitos humanos. **17.6.**
220 **Cancelamento de Sinos.** Esse teste, bastante usado para avaliação de demência, sofreu o
221 chamado “bate e volta”. O relatório da CCAP que declara o teste favorável foi lido, e o teste
222 foi aprovado por unanimidade pelo plenário. **17.7. Escala de Avaliação da Impulsividade.**
223 Daniela Zanini explicou que os autores de testes, eventualmente integrantes da CCAP, não
224 participam de modo algum de sua avaliação, mesmo quando não detenham mais qualquer
225 direito autoral sobre eles. O relatório da CCAP que declara a equivalência informatizada do
226 teste favorável foi lido, e o teste foi aprovado por unanimidade pelo plenário. **18.**
227 **Composição da Diretoria do CFP.** Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde
228 Nobrega, Norma Cosmo e Pedro Paulo Gastalho de Bicalho foram indicados para
229 continuarem à frente da diretoria do CFP pelo plenário. **19. Plataforma de Participação**
230 **Social Digital.** Um convênio que seria firmado entre o CFP e a Universidade de Brasília
231 (UnB) para que esta desenvolvesse uma plataforma de Participação Social Digital encontrou
232 dificuldades devido à intervenção do Tribunal de Contas da União (TCU). O projeto não
233 tratava apenas de uma plataforma, mas também envolvia estudos de novos tipos de
234 comunicação. Por não ser possível estabelecer um contrato com uma universidade, aventou-se
235 a possibilidade de criar uma fundação. Após toda a tramitação do projeto na UNB, impediu-se
236 o concerto entre o CFP e essa universidade. Entende-se que as universidades federais têm sido
237 atacadas por comporem parte da sociedade comprometida com mudanças. As recomendações
238 do TCU parecem compor uma estratégia maior, que visa a impedir qualquer projeto político
239 de mudanças estruturais da sociedade. Por haver entendimento de que se trata de um projeto
240 indispensável à categoria profissional e, também, para a sociedade como um todo, o CFP
241 deverá procurar meios de efetivar a plataforma de Participação Social Digital com a UnB.
242 Assim, a GJUR deverá oficiar a UnB a fim de solicitar a identificação de convênios
243 semelhantes ao pretendido pelo CFP, já aprovados pelo TCU. Solicitar-se-á, igualmente, que
244 a UnB demande o TCU sobre a possibilidade de estabelecer um projeto como o que o CFP
245 deseja. **20. Julgamento de Processos Administrativos. 20.1. Gabriel Coimbra Carvalho -**
246 **CRP 16/4032.** Após a leitura do voto da conselheira relatora Clarissa Guedes, que conhece o
247 recurso e nega-lhe provimento, foram prestados os devidos esclarecimentos. A relatora
248 justificou seu voto pelo indeferimento do pedido por entender que o CFP tem se posicionado
249 de igual modo em casos semelhantes. O plenário, contudo, discutiu o fato de o cargo
250 atualmente ocupado pelo profissional exigir apenas nível superior, e não que fosse inscrito em

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin:
- A circular stamp with the word "Fiu" inside.
- Initials "PT".
- A signature that appears to be "MUBM".
- The name "Dy" written vertically.
- The name "Guedes" written vertically.
- A signature that appears to be "A. G.".
- The name "Almeida" written vertically.
- The name "Sara" written vertically.
- At the bottom right, there are several more signatures and initials, including one that looks like "M" and another "P".

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page:
- A signature that looks like "PT".
- A signature that looks like "A".
- A signature that looks like "GUB".
- A signature that looks like "Jog".
- A signature that looks like "M".
- A signature that looks like "P".

251 conselho profissional. Após a discussão, a conselheira Marisa Helena Alves pediu vistas desse
252 processo nos termos do artigo setenta e nove do Regimento Interno do CFP. Foi solicitado
253 que a GJUR faça levantamento de decisões anteriores em casos semelhantes, assim como
254 indique legislação sobre o assunto. **22.2. Processo Administrativo - Deliberação de Relator**
255 **CRP-12.** Após a leitura do voto da conselheira relatora Jureuda Guerra, que conhece do
256 recurso e nega-lhe o provimento, foram prestados os devidos esclarecimentos. Encerrada a
257 discussão, a presidente da sessão iniciou a votação. O plenário acompanhou o voto da
258 conselheira relatora, com exceção de Rosane Granzotto e Andrea Esmeraldo. **22.3.**
259 **Jacqueline Alves de Araujo Cerutti - CRP 16/3135.** Após a leitura do voto da conselheira
260 relatora Andrea Esmeraldo, que conhece do recurso e nega-lhe o provimento, foram prestados
261 os devidos esclarecimentos. A presidente da sessão iniciou a votação. O plenário acompanhou
262 o voto da conselheira relatora por unanimidade. **23. Pontos Financeiros. 23.1. Proposta**
263 **Orçamentária do CRP-14 - 2018.** Considerando os atrasos e recálculos da Proposta
264 Orçamentária do CRP-14 para o exercício deste ano, que deveria ter sido apreciada na
265 décima terceira reunião plenária do CFP em dezembro do ano passado, esse CRP submeteu
266 novamente sua proposta orçamentária, que foi apresentada ao plenário. O plenário aprovou o
267 orçamento do CRP-14 para dois mil e dezoito por unanimidade. **23.2. Reformulação**
268 **Orçamentária do CRP-17.** Foi informado que o CRP-17 solicitou ao CFP aprovação de
269 reformulação orçamentária para o exercício deste ano. A proposta anterior desse CRP já havia
270 recebido aprovação federal. O plenário aprovou a reformulação orçamentária do CRP-17 para
271 dois mil e dezoito por unanimidade. **24. Resolução CNDH nº 7 de 2017.** A resolução CNDH
272 nº 7 de 2017 fala sobre a garantia de direitos e livre debate sobre gênero e sexualidade
273 humana em âmbito escolar. Paulo Maldos falou sobre a proibição de discutir sexualidade nas
274 escolas e da nova normativa da CNDH sobre esse assunto. Aquele conselho pede apoio do
275 CFP, assim como divulgação da resolução. O CFP apoiará a resolução, lhe dará publicidade e
276 a encaminhará aos CRPs, solicitando-lhes divulgação em nível regional. **25. Candidatura do**
277 **CFP ao Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos - CNEDH - 2018/2019.** Foi
278 explicado que o CNEDH é instância colegiada de natureza consultiva, vinculado ao
279 Ministério dos Direitos Humanos, e cumpre função relevante junto à Coordenação-Geral de
280 Educação em Direitos Humanos no que diz respeito à consolidação da Política Nacional de
281 Educação em Direitos Humanos. Foi questionado se CFP quer candidatar-se, pois a inscrição
282 de representantes da sociedade civil termina no dia doze de março. O plenário aprovou
283 participação do CFP no pleito e indicou Regina Pedroza como titular e Paulo Maldos como
284 suplente. **26. Questões da Ouvidoria. 26.1. Novela “O outro lado do Paraíso”.** A
285 Ouvidoria do CFP recebe demandas constantes de posicionamentos do CFP frente a questões
286 relativas à Psicologia que aparecem na mídia. Já foi publicada nota para explicar a abordagem
287 do *coaching*, mas isso não parece ter logrado suficiente esclarecimento da população. Notas
288 não são o melhor modo de dirigir a Psicologia nacional e, além disso, a estrutura da GJUR,
289 que conta com apenas três advogados, deve ser considerada antes de empreender qualquer
290 tipo de ação. Uma resposta que informe que o CFP avaliará se cabem outras providências
291 deverá ser elaborada pela Ouvidoria. **26.2. Carta de Repúdio - Música do Fernando e**
292 **Sorocaba.** A Ouvidoria do CFP recebeu carta de um grupo de psicólogos de Cuiabá pedindo
293 posicionamento sobre letra de música que, de acordo com esse grupo, denegriria a Psicologia
294 por usar o termo “terapíngua”. Para questões como essa, a Ouvidoria deverá usar resposta
295 padrão nestes termos: “Tomamos conhecimento e enviamos para setores responsáveis do CFP
296 para encaminhamentos. **27. Fórum Nacional da Democratização da Comunicação**
297 **(FNDC).** Gestão anterior do CFP definira contribuir com mensalidade de quinhentos reais
298 para o FNDC. Tendo em vista que as mensalidades não foram pagas por meses, ainda na
299 gestão anterior, o FNDC solicitou regularização das contribuições do CFP. O plenário decidiu
300 voltar a pagar a mensalidade, mas com valor distinto, a saber o de cem reais, a partir deste

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Fry', 'PL', 'C. Almeida', 'D.', 'R. J.', 'Almeida', 'Pina', 'M. B.', 'ME', and 'A'.

301 mês. Paulo Aguiar continuará a representar o CFP naquele fórum. **28. Apoio para**
302 **Divulgação de Pesquisa.** Recentemente, um doutorando do Programa de Pós-graduação em
303 Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) solicitou que
304 o CFP divulgasse nas mídias sociais pesquisa atuação de profissionais no tema das relações
305 étnico-raciais. O plenário considerou não constituir prática do CFP a divulgação *links* de
306 pesquisas devido ao grande volume de solicitações semelhantes. Não seria possível abrir
307 exceções. Apesar disso, o CFP deverá disponibilizar materiais do CREPOP que possam
308 contribuir com a pesquisa do demandante. **29. Proposição de divulgação de ideia legislativa**
309 **sobre atividade de Psicoterapia.** Mais de vinte e cinco mil assinaturas foram coletadas com
310 a finalidade de iniciar um PL que defina a psicoterapia como prática profissional exclusiva da
311 Psicologia e da Psiquiatria. Isso é um sinal de que o CFP deve dar atenção a essa
312 movimentação. A Liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) questionou, inclusive,
313 representantes do CFP sobre o que seria necessário para ter um debate de qualidade sobre esse
314 PL. Embora esse seja um debate necessário, Rogério Giannini pontuou que ele é limitado
315 pelas deliberações do Congresso Nacional de Psicologia (CNP). O assunto da exclusividade
316 da psicoterapia como prática profissional da Psicologia é costumeiramente pautado nos
317 Congressos Regionais de Psicologia (COREP), mas sequer alcança o CNP. Ana Sandra
318 Nóbrega, contudo, pediu para que o ponto fosse discutido no início da próxima plenária.
319 Sugeriu-se, também, aproximação com o Conselho Federal de Medicina (CFM) e com a
320 Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP). A Assessoria Parlamentar deverá informar-
321 se sobre o PL. Rogério Giannini fez os agradecimentos finais e encerrou a reunião às
322 dezenove horas e quinze minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Ana Sandra Fernandes
323 Arcoverde Nóbrega, Vice-Presidente do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes
324 acima nomeados e referenciados
325

Almeidas
paiva
Luiz Carlos
Rosângela
Jurema Duarte Guerra
Clarissa P. Guedes
R. Roberto
Ed. Barbosa
Maria Márcia B. Bandeira
A
Janielle S. Camm
[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]